



PLANO E ORÇAMENTO 2013 E OMP 2013-2016

António Soares Marinho

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os Açores atravessam a fase mais dramática da sua Autonomia.

Os Açorianos confrontam-se com uma violenta crise económica, social e financeira. Vivem um tempo de preocupação sem precedentes.

As famílias e empresas açorianas nunca tinham vivido um período de tão grandes dificuldades desde que os Açores conquistaram a possibilidade de se auto-governarem.

É irrelevante neste momento atribuir culpas pela catastrófica situação que se encontra criada. Naturalmente que elas existem. O que é imprescindível, contudo, é que se determinem as suas causas.

Não as reconhecer, em toda a sua plenitude, é o primeiro passo para que não se definam soluções adequadas à resolução dos problemas.

Recusar encontrar todas as origens da crise intensa que se vive atualmente



na Região é não querer definir medidas consequentes, que possam aliviar o sofrimento profundo em que se encontra uma grande parte do povo açoriano.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Obviamente que entre as causas da degradação a que se assiste nos Açores se encontra a conjuntura internacional extremamente adversa que se vive há vários anos.

É francamente responsável pela forte redução dos padrões de qualidade de vida dos Açorianos. Tem contribuído de forma substancial para o marasmo em que caiu a atividade económica nos Açores. São gravíssimas as consequências que reverteram para a deficiente prestação da atividade empresarial, levando ao encerramento de numerosas empresas.

Pode igualmente afirmar-se que a política de austeridade nacional, a que foi necessário recorrer devido à situação de quase bancarrota a que José Sócrates conduziu Portugal, tem também uma quota-parte significativa das responsabilidades.



Temos a certeza de que não é de bom grado que o Governo da República a está a aplicar. Certamente ninguém o faria.

Mas é essencial para repor a credibilidade do país e para encaminhar as finanças públicas nacionais para terrenos saudáveis.

Provavelmente, tem sido demasiado incisiva. Tem sacrificado severamente a economia para responder às exigências das entidades que acudiram ao pedido de ajuda que lhes foi dirigido pelo governo de Sócrates.

Talvez fosse agora tempo de amaciar o programa a que Portugal então se comprometeu, mas as organizações que compõem a chamada Troika ainda não se mostraram sensíveis para o efeito. Na verdade, tem sido especialmente duro para as classes de menores rendimentos e tem acentuado o empobrecimento da classe média.

Os seus efeitos estenderam-se plenamente à Região. Existem riscos acrescidos, caso venha a ser aprovada a intolerável redução do diferencial fiscal prevista na alteração à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, em discussão no parlamento nacional. Se assim acontecer, o Governo Regional beneficiará com o acréscimo consequente das receitas fiscais, mas tal acontecerá à custa dos Açorianos, que serão duplamente penalizados, com mais impostos a recaírem sobre aqueles a que já foram sujeitos no passado recente.

Ninguém de bom senso poderá refutar a existência dessas causas,



nacionais ou internacionais. Não as relevar, e negar a sua responsabilidade, seria entrar de forma descarada no reino da fantasia.

Mas descaramento e fantasia são também características de quem tem estado a fingir que mete a cabeça na areia, fazendo o papel de avestruz. De quem tem pretendido circunscrever as causas da crise nos Açores ao exterior, negando qualquer responsabilidade com epicentro açoriano.

Em determinadas alturas bem escolhidas, designadamente nos idos de 2008, alguns tentaram colocar os Açores como economia indemne aos males vindos de fora. A Região, no entanto e como facilmente se previa, foi assolada por essas “tempestades” com origem nos Estados Unidos, no centro da Europa ou no continente português.

Os mesmos que antes negavam essa influência, são agora, curiosamente, os que se constituem como arautos da mensagem de que foi transportada em frentes constituídas muito longe dos Açores e de que os ventos regionais não sopraram em desfavor dos Açorianos.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

As desculpas e a virtualização do discurso é, no entanto, sol de pouca dura. Os factos encarregam-se de desmentir quem atira para longe a exclusividade das causas e se demite de procurar algumas aqui bem mais perto. Aqui mesmo, nas ilhas açorianas. Causas com origem no poder regional e nas suas opções de política económica.

Senão, o que dizer do facto de o desemprego atingir um quarto dos lares açorianos, número dramático a que se chegou no final de 2012, sabendo-se que os Açores protagonizaram o maior crescimento nesse domínio entre todas as regiões do país? É uma verdadeira situação de emergência a que se vive na Região. Cerca de 20 mil Açorianos encontram-se desempregados, um enorme flagelo que atingiu o valor incomparavelmente mais elevado em todo o período autonómico.

E o que dizer do comportamento dos dois principais sectores responsáveis pelo aumento do desemprego? Construção e turismo estão em trajetória de queda desde 2006. Não a partir de 2009, quando os sintomas de crise internacional se tornaram por demais evidentes. Não desde 2011, quando a política de austeridade nacional se tornou no travão que hoje produz efeitos de forma violenta.

E o que pode concluir-se do facto de a redução das receitas de impostos a nível nacional, onde se vive a situação crítica que todos conhecemos, ter sido menos gravosa do que a ocorrida a nível regional?

O IVA, por exemplo, baixou receitas em 2% a nível nacional em 2012.



Nos Açores, a quebra foi de 14.4%. As do IRC, em termos nacionais, caíram 17.3%. Na Região desceram, nada mais, nada menos, do que 42.5%.

Mesmo tendo em conta a situação gravíssima que se vive no país, o travão económico foi incomparavelmente mais forte nos Açores.

Finalmente, o que concluir dos atrasos recorrentes, e de montantes apreciáveis, dos pagamentos do Governo Regional e do Sector Público Empresarial Regional a fornecedores. Atrasos finalmente reconhecidos por quem os tem desvalorizado ou omitido e cuja regularização poderia ser uma lufada de ar fresco importante no contexto difícil que vivem as empresas regionais.

As desculpas ou as justificações arrevesadas de nada servem. Não é possível disfarçar mais.

É caricato atirar a responsabilidade integral da crise açoriana para 4,500, 2,800 ou 1,500 km de distância. Ela reside também no espaço insular açoriano. E se dúvidas houvesse, os números oficiais encarregam-se de as desmentir.

E os números valem apenas isso mesmo. São meros números. Frios, como sempre. Mas são, infelizmente, a expressão e a demonstração dos problemas que assustam e condicionam a vida das pessoas.

E as pessoas são aquelas para quem fazemos política.



Trabalhamos para que as empresas açorianas vivam em ambiente favorável à sua atividade.

Atuamos para que as famílias açorianas tenham bons níveis de bem estar.

Definitivamente, devem ser reconhecidos todos, mas todos, os factos.

Devem ser avaliadas todas, mas todas, as causas.

E que da constatação dos factos e da análise das causas se possam construir boas soluções.

E que dessa atitude se consiga atingir aquilo que é urgente: recuperar a esperança dos Açorianos.

É esse o nosso dever.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

É neste contexto que estão em debate o Plano e Orçamento para 2013, bem como as Orientações de Médio Prazo para 2013-2016. Neles se encontram vertidas as opções de quem governa. Esperamos que venham a contar também com contributos da oposição.



O recuo da economia e da sociedade açorianas não tem, efetivamente, precedentes.

Face à situação de turbulência que se vive na Região, não é aceitável que os responsáveis políticos açorianos adotem uma postura de confronto, e muito menos de irresponsabilidade, no debate político-partidário.

É tempo de soluções conjuntas. De medidas que revertam positivamente para a recuperação dos níveis perdidos de qualidade de vida das pessoas e para o restabelecimento da saúde empresarial.

Não é tempo de guerrilha. É tempo de colaboração, de cooperação e de encontro de caminhos adequados para soluções consensuais.

É tempo de preocupação. É tempo de assumir plataformas de compromisso. É tempo de olhar apenas para os problemas das famílias e das empresas açorianas.

O PSD/Açores, por isso mesmo, disponibilizou-se desde o início da legislatura para dar o seu contributo. Apoiando, melhorando e propondo medidas e programas favoráveis aos Açorianos.

Seguindo o mesmo princípio, o PSD/Açores entendeu, responsabilmente, que devia abster-se na votação do Plano e Orçamento para 2013. Já o comunicou em tempo oportuno. Sem exigir contrapartidas.

Apenas queremos zelar pelos Açorianos. Pelos seus interesses.



Não será pelo PSD/Açores que existirá qualquer obstáculo às medidas que o Governo Regional pretenda implementar.

O PSD/Açores não será entrave para os sucessos, nem desculpa para os insucessos.

Esperemos que da parte de quem suporta o governo exista a mesma atitude. Basta recordar a abertura e a disponibilidade que o Presidente do Governo assinalou no seu discurso de tomada de posse.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Esperemos que esta seja uma semana de debate sério e produtivo. Sem cedências a jogos palavrosos e à ligeireza. Infelizmente, alguns sinais nesse sentido foram já dados. Temos, no entanto, a esperança de que tenham sido meros e irrefletidos episódios.

Este é um tempo de responsabilidade.

A política nunca pode ser considerada como um brinquedo. E muito menos agora.

A política é um exercício de seriedade. É uma nobre atividade, que apenas pode ter como desígnio a defesa dos interesses dos cidadãos que nos elegem e a construção de boas soluções que possam melhorar a sua qualidade de vida.

Nesta altura crucial do ano político, em que debatemos os documentos fundamentais para ação do Governo Regional, temos que ter em mente que estamos a decidir o futuro dos Açorianos.

São grandes, mesmo muito grandes, as nossas responsabilidades. Que todos saibam estar à altura dos compromissos que assumiram perante o povo açoriano.

Com temos dito repetidamente, os Açores não precisam de desculpas. Os Açorianos precisam mesmo é de soluções. Urgentes, como todos sabemos.

A via das desculpas não gera resultados. É a política de braços caídos.

A única via para que os Açores saiam da grave situação em que se encontram é a via das soluções.

É o que os Açorianos esperam de nós.

Vamos todos trabalhar nesse sentido.

Os Açorianos, como sempre, sabem que podem contar com o PSD/Açores!

Disse